

## **OS ATOS DE FALA NOS TEXTOS INSTRUACIONAIS: UMA PROPOSTA DE LEITURA A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERLOCUTIVA.**

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira (UERJ)  
hilmaribeiro1976@gmail.com

Dahyane Alves Escobar Ribeiro Paes (UERJ)  
dahyaneps@gmail.com

### Introdução

Os textos instrucionais têm por finalidade designar procedimentos para os leitores que precisam desempenhar tarefas de diferentes aplicações. Existe, portanto, uma similaridade enunciativa em tais textos, mas cujas formas de enunciação discursiva são discrepantes, já que elas precisam acolher formas de ações diferenciadas.

Os procedimentos são articulados, nos textos por meio de frases imperativas ou declarativas, sendo elas munidas de níveis impositivos diferenciados. A análise dos procedimentos torna-se possível pelos atos de fala inerentes a eles, sendo os comandos expostos nos textos um componente que oferece a possibilidades de entendimento do tipo textual injuntivo.

A fim de entender como ocorre o cotejo entre as instruções e as ações inerentes a elas, recorreremos a autores como Austin (1962) e Searle (1969; 1981; 2002), pois eles constituem estudiosos dos atos de fala, cujas pesquisas detectam o fenômeno da ação verbal, em alguns diferentes e tipos.

#### 1. Contextualização histórica da teoria dos atos de fala

O surgimento da teoria dos atos de fala é atribuído a Austin (1962) ao observar os usos ordinários da linguagem, quando se detectou a existência de enunciados denominados “performativos”. Os enunciados performativos, ao serem pronunciados, produziram uma mudança, advinda da ação por eles efetuadas, apenas, por meio da fala de seus locutores. São enunciados desse tipo, por exemplo, a frase “eu aceito”, durante a cerimônia de casamento, sendo ela a responsável por transformar a pessoa aceita em cônjuge. Também nesse mesmo contexto de uso, o juiz, ao proferir o enunciado “eu os declaro casados” promove um novo estado civil, possível mediante a declaração. Tais enunciados são comuns nos cerimoniais, como exemplificado pelo autor (AUSTIN, 1962, p. 5).

Ao observar que a ação pela linguagem ocorria em outros enunciados e não apenas nos performativos, o autor constatou a existência de três níveis denotadores das ações linguísticas. Nessa perspectiva, a linguagem pode desempenhar ações quando observa-se a mensagem, em seu conteúdo proposicional; no locutor, na verificação da intencionalidade de suas atribuições comunicativas; e no interlocutor, quando a ação pretendida pelo locutor possui reciprocidade de entendimento.

Essas três formas de ação por meio da linguagem determinam os níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário, termos cunhados por Austin (1962). A partir das descrições do autor sobre as três dimensões do “uso das sentenças”, podemos nortear os dados linguísticos de modo a determinar que um mesmo enunciado ou tipo textual pode ser analisado a partir dessas três esferas de ação. Sobre as categorias de enunciado e tipologia, aquele constitui uma forma comunicativa de estrutura linguística menor e essa reflete arcabouços estruturais maiores, tendo em comum o fato de ambas se prestarem aos propósitos discursivos dos indivíduos.

A contribuição de Austin (1962) para a perspectiva proposta no presente artigo reside no fato do autor ter percebido que as ações advêm de alguns planos de uso das sentenças, podendo um mesmo enunciado dimensionar atos de fala diferenciados. A partir dessa premissa, a análise das finalidades discursivas de um gênero, por exemplo, pode nos levar a verificar como um texto enquadrado em determinada tipologia possuirá ações tais como narrar, descrever ou sugerir estipuladas em diferentes esferas.

## 2. Caracterizações teóricas para os textos instrucionais

Ao estipular as esferas de ações linguísticas Austin (1962) caracteriza as múltiplas ações oriundas dos enunciados. Searle (1981), por outro lado, esquematiza a teoria dos atos de fala, mostrando alguns enquadramentos de categorias, dando ao estudo, um caráter mais científico.

Nesse sentido, o autor estipula que os diferentes interesses dos falantes demarcam modos de comunicarem suas falas, que serão interpretados de acordo com os contextos. Para o autor

[...] o marcador de força ilocucional indica o modo pelo qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucional a atribuir à enunciação; ou, ainda, qual é o ato ilocucional realizado pelo falante quando profere a frase. (...) Posso indicar o tipo de acto ilocucional que realizo, começando a frase com “Peço desculpa”, “advirto”, “afirmo”, etc. Frequentemente, nas situações concretas de discurso, é o contexto que permitirá fixar a força ilocucional da enunciação, sem que haja necessidade de recorrer ao marcador explícito apropriado (SEARLE, 1981, p. 43 e 44).

As colocações de Searle (1981) sobre o marcador de força ilocucional podem nos oferecer uma diferenciação do que consiste por “conteúdo proposicional” e por “força ilocucional” ou “ilocutória” de determinado enunciado. Essa caracterização redimensionou as possibilidades de atribuições semânticas dos diferentes atos de fala. Essa diferenciação preconiza que a forma como os sentidos são assumidos, a partir do componente proposicional superficial, pelos indivíduos, dependerá da percepção da força ilocutória que será desencadeada, a partir das informações predispostas pela superfície enunciativa.

Os diferentes modos de instruir afeitos aos textos instrucionais nos levaram também a utilizar uma terminologia proposta por Searle (2002), ao equiparar os diferentes atos de fala em categorias distintas. Sobre o agrupamento dessas formas de ação, o autor diferenciou cinco grandes tipos de atos de fala que podem ser enquadradas, de acordo com suas características discursivas, que são semelhantes.

Nesse caso, os atos de fala, dividem-se nas seguintes classes, de acordo com as características interlocutivas, designadas pelo autor como: atos/ações “assertivas”, “diretivas”, “compromissivas”, “expressivas” e “declarações”. São asserções as sentenças que têm por finalidade predispor um conteúdo proposicional que tenha como característica a afirmação de algo como sendo verdadeiro ou não; os diretivos são todos os atos de fala que têm como função promover a tomada de atitudes dos interlocutores a respeito do que é dito, caso dos textos instrucionais; são compromissivos os conteúdos indicadores da postura do falante, quando ele se compromete com algo, futuramente; expressivos são aqueles atos de fala denotadores da emotividade do falante; e, por fim, as declarações constituem enunciados que promovem uma modificação externa como o ato de “declarar guerra” ao inimigo, no sentido bélico.

Frases instrucionais como “acrescente sal a gosto”, nas receitas e “o contratante declara ter ciência dos seus deveres” são exemplos de enunciados que refletem atitudes discrepantes quanto ao modo de fazer e realizar os procedimentos. Esse tipo de diferença quanto à instrução nos textos injuntivos é possível de ser mensurada mediante a observação dos atos de fala neles presentes.

A fim de evidenciar o entendimento da natureza das instruções feitas nos gêneros escolhidos, conclui-se que os “diretivos” tornam-se muito importantes, por refletirem as formas de solicitar o acatamento e as atitudes responsivas dos interlocutores, na elaboração das instruções.

Com respeito à força ilocutória dos atos diretivos, para o autor, existem intenções dos falantes, ao utilizarem a linguagem para fazerem suas “performances” enunciativas. Então, podem-se dimensionar diferentes traços discursivos, de acordo com os seus posicionamentos, durante a instrução por meio de um diretivo. Esse componente seria, em última instância, o indício discursivo da forma como os indivíduos se valem para instruir usando diretivos com forças ilocutórias diferenciadas. Se quisermos comparar essa evidência discursiva ao que fora postulado por Austin (1962), esse último autor, ao contrapor os níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário, distingue ações de diferentes esferas, evidenciando possibilidades de ocorrências ilocutórias diferenciadas, num único enunciado.

Com respeito às forças ilocutórias dos enunciados, o valor discursivo de um ato de fala precisa ser assumido de acordo com as características de aplicação enunciativa. Em tais tipos de enunciado, um ato de fala secundário poderá mascarar a ação mais latente, desejada pelo locutor do texto com vistas a atender, por exemplo, às peculiaridades estilísticas ou discursivas do enunciado. Isso ocorre em textos como os contratos jurídicos e bulas de medicamentos, já que as informações neles predispostas são, num primeiro plano, apenas descrições de informações sobre o uso dos produtos. Por outro lado, ao observarmos essas informações, evidenciamos instruções que não podem ser desprezadas pelo interlocutor, durante a leitura.

Com o objetivo de contextualizar o que está sendo posto em tela, passamos à análise das diferentes instruções, alinhando à categoria diretiva dos atos de fala com os níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Mostramos alguns exemplos retirados dos *corpora* escolhidos, com vista de corroborar uma análise dos fatos linguísticos à luz da teoria dos atos de fala e, por fim, dimensionar questões inerentes ao tipo textual injuntivo.

### 3. Análise dos *corpora*

Para demonstrar a perspectiva de análise linguística dos textos instrucionais, escolhemos quatro exemplos, que possuem como fator comum a facilidade de serem encontrados por qualquer indivíduo que esteja desejoso de acatar procedimentos a determinada finalidade. Os leitores possuem, portanto, a intenção de serem bem sucedidos ao realizar essas instruções e, por conseguinte os locutores têm em comum a realização de atos de fala para essa função enunciativa.

Exemplo 1:  
Arroz de Sobra  
**Sabe quando está sobrando tudo na geladeira e o prazo de validade está chegando... ou sobrinhas de legumes como 1 batata, 1 cenoura...**  
(...)  
Modo de preparo  
Em uma tigela, **misture o arroz, a muçarela, o presunto, a cenoura e a salsa. Coloque em um refratário untado com margarina.** No liquidificador, **bata os ovos, o leite, o requeijão, o queijo ralado, o sal e a pimenta.** **Despeje sobre o arroz e asse no forno pré-aquecido a 200°C durante 30 minutos ou até dourar.** Dica: **Use sobras de arroz e de legumes e hummmm fica uma delícia! Bom Apetite!**

O exemplo 1 trata-se de um prato principal, que pode ser elaborado com o uso de alguns ingredientes, diferindo-se dos usados em receitas convencionais por não precisarem ser comprados ou adquiridos. Nesse caso, a escolha por elaborar o prato se dá justamente para que esses elementos sejam reutilizados, de modo a reutilizá-los em uma refeição. Para isso, predispõe-se, no início do texto a interrogativa “*Sabe quando está sobrando tudo na geladeira e o prazo de validade está chegando... ou sobrinhas de legumes como 1 batata, 1 cenoura...*”, que demonstra, no ilocucionário (o nível detectado por Austin (1962) que mostra a ação pretendida pelo locutor) o desejo por despertar o interesse dos interlocutores para elaborar a receita.

A interrogativa possui, nesse contexto, a função básica dos atos comportados pela categoria diretiva que é fazer com que os indivíduos tomem certa atitude de acordo com o que é solicitado, também podendo estar relacionada à categoria expressiva. Isso porque o uso dessa frase pode expressar o ato de fala representado por verbos como realizadores de comandos, tais quais “atente”, “veja”, que se apresentam, materialmente, sob a forma de interrogativas. Essa parte inicial reflete, portanto, o desejo por “provocar” os interlocutores para que eles estejam atentos para preparar o prato, a partir dos ingredientes citados.

Após esse primeiro ato, segue-se a parte descritiva, em que ocorre a predisposição dos ingredientes e seus quantitativos. Só então, vem o item em que é feita a relação dos procedimentos, realizados por meio das imperativas.

Nessa parte predispõem-se procedimentos como “*misture o arroz, a muçarela, o presunto, a cenoura e a salsa. Coloque em um refratário untado com margarina*”, “*bata os ovos, o leite, o requeijão, o queijo ralado, o sal e a pimenta*”, “*Despeje sobre o arroz e asse no forno pré-aquecido a 200°C durante 30 minutos ou até dourar*” e “*Use sobras de arroz e de legumes*”. Esses procedimentos preconizam atos de fala decorrentes das imperativas e prestam-se a estipular comandos que refletem as ações de natureza diretiva, tais quais “colocar”, “despejar”, “assar” e “usar”. As marcas linguísticas usadas pelo locutor para o acatamento desses procedimentos são expressas, portanto, por meio das imperativas, propriamente.

O que se pretende ressaltar, quanto à análise dos aspectos semânticos decorrentes da leitura, é que, no ilocucionário, a categoria diretiva de ações muitas vezes é expressa, linguisticamente, por frases indicativas do desejo de provocar a atitude do interlocutor. Sobrepõe-se, portanto, o diretivo e o expressivo, por meio da interrogativa. Entretanto, essa natureza instrucional também pode ser atingida por frases exclamativas como no final do exemplo, como: “*hummmm fica uma delícia!*” e “*Bom Apetite!*” que também se prestam a refletir, no ilocucionário, essa mesma função interlocutiva. Nesse caso, o plano textual dimensiona atos de fala indiretos, detectados pela força ilocutória detectada por meio da intencionalidade do texto, que é instrucional

por natureza (ambos os conceitos foram citados anteriormente, ao mostrar a contribuição de Searle (1969) à pesquisa). A característica discursiva que denota a instrução é caracterizada pelo fato de o locutor estar chamando a atenção do interlocutor com vistas de instruí-lo. Nesse caso, as exclamativas podem ser interpretadas como atos de fala realizadores de ações tais quais “aproveite”, “experimente” esse prato.

Para finalizar a análise desse primeiro exemplo, é válido mencionar que o conjunto dessas frases presta-se a promover, no perlocucionário (nível caracterizador da atitude do interlocutor diante da intencionalidade do ato de fala, como citado anteriormente), a tomada de atitudes dos interlocutores. Esse nível reflete, por fim, a ação de tornar os procedimentos levados a cabo, de modo a realizar o preparo da receita, pelo interlocutor.

Também se pretende ressaltar a natureza instrucional do gênero e das decorrências do emprego frasal. Desse modo, nesses enunciados, as frases podem ser analisadas de modo a tornar os procedimentos relativos a ações como “colocar”, “bater”, “despejar”, “cozinhar”, “fritar”, etc., que serão levadas a cabo pelos interlocutores, de acordo com a elaboração dos procedimentos, todos feitos manualmente.

Exemplo 2:

**A panela de pressão Tramontina é absolutamente segura, desde que sejam seguidas as orientações deste manual;**

- **Respeite sempre** o nível máximo de água marcado no interior da panela (*Observar marcação - nível máx. - pág. 7 - fig 3*);
  - Quando são processados alimentos que se expandem durante o cozimento, como arroz ou vegetais secos, não encha a panela acima da metade da capacidade. O enchimento superior pode causar risco de entupimento da válvula de trabalho e ocasionar excesso de pressão. Veja em **“Como usar a Panela de Pressão com segurança”** (pág. 7);
  - **Determinados alimentos não devem ser cozidos em panela de pressão**, tais como: molho de maçã, frutas, cevadinha, mingau de aveia, cereais diversos ou massas, pois podem fazer espuma ou estalar, podendo obstruir a liberação da pressão (*Saída de vapor*);
  - **Sempre verifique** as condições da válvula de trabalho antes do uso para assegurar seu bom funcionamento (*pág. 10 - fig. 15*);
  - **Sempre que remover** o anel e/ou as outras peças de silicone e o filtro metálico para limpeza, atente para que os mesmos sejam montados em suas posições corretas;
- Se houver dificuldade para abrir a tampa**, isso indica que ainda há pressão interna na panela. Nesse caso não force os cabos e alças.

O exemplo 2 refere-se ao manual para uso da panela de pressão Tramontina e, nele se expõem alguns procedimentos para manuseio desse artefato. No caso, a condicionalidade para segurança no uso do artefato deve-se ao acatamento de alguns procedimentos gerais, que precisam ser realizados sempre que a panela de pressão for utilizada. Muitas vezes, pode ser observado o emprego de termos como o advérbio “sempre” e a conjunção “se”, que precedem as instruções, desencadeando, por meio das imperativas, alguns atos diretos.

Os dois vocábulos acentuam a importância quanto ao acatamento dos procedimentos subsequentes. As imperativas postas configuram, no ilocucionário, a força ilocutória indicativa do desejo do locutor por advertir quanto ao devido acatamento dos procedimentos, que devem ser seguidos “sempre” ou “apenas” quando ocorrer o que é expresso pelo conteúdo da imperativa.

Nesse caso, o enunciado inicial “A *panela de pressão Tramontina é absolutamente segura, desde que sejam seguidas as orientações deste manual*” reflete, linguisticamente, função interlocutiva semelhante à observada pela palavra “atenção”, no início de muitos manuais. Isso vem a configurar um ato compromissivo, pois o desejo do locutor por assegurar a segurança de quem irá usar o utensílio. O efeito interlocutivo desse ato de fala pode ser entendido como realizador do comando “Siga as orientações e seu artefato não será passível de sofrer riscos”. Então, o que poderia desencadear, no perlocucionário, seria a atitude de cumprimento das tarefas na sequência das instruções, pois o que está em questão é a segurança do interlocutor.

Por conta da importância desse ato de fala, as imperativas “*Respeite sempre o nível máximo de água*”, “*Determinados alimentos não devem ser cozidos em panela de pressão*”, “*Sempre verifique as condições da válvula de trabalho antes do uso*”, “*Sempre que remover o anel de silicone (...) atente para que os mesmos sejam montados em suas posições corretas*” e “*Se houver dificuldade para abrir a tampa (...) não force os cabos e alças*” indicam procedimentos que dependem do acatamento da instrução inicial, organizada pelo aviso no princípio do texto. Por outro lado, esses procedimentos precisam ser acatados, condicionalmente, apenas “sempre” ou “se” ocorrer necessidade.

O gênero manual de instruções é delineado, portanto, por meio de atos de fala que denotam, no ilocucionário, o desejo por solicitar a total atenção dos interlocutores, quanto aos perigos de manuseio dos artefatos, ou, ainda, por meio de frases que demonstram as propriedades e os benefícios dos produtos adquiridos. Pode-se concluir que as imperativas supracitadas instruem procedimentos afeitos ao manuseio do artefato, que denotam ações como “colocar”, “verificar”, “remover”, “forçar”, “acomodar” etc., que também denotam tarefas comuns ao gênero.

Exemplo 3:

**POR QUE ESTE MEDICAMENTO FOI INDICADO?**

ACALMIL\* é indicado para ansiedade, insônias, distúrbios neurovegetativos, enurese de origem não orgânica, hipertensões leves, climatério, dismenorreia e irritabilidade.

**QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?**

**CONTRA-INDICAÇÕES**

ACALMIL\* não deve ser usado nos seguintes casos:

-Hipersensibilidade ao látex (reação cruzada com a *Passiflora incarnata*). Não há referência na literatura consultada quanto a hipersensibilidade a *Salix alba* em pacientes com alergia ao ácido acetil salicílico. Devido a presença do *Salix Alba*, deve-se evitar a prescrição para pacientes com úlceras gastrointestinais, déficits de coagulação, hemorragias ativas e pacientes em tratamento com derivados de ácido acetil salicílico ou outros anticoagulantes.

Informe seu médico sobre qualquer medicamento que esteja usando, do início, ou durante ao tratamento.

O exemplo 3, retirado da bula de um medicamento fitoterápico, expõe acerca da indicação do medicamento e das propriedades químicas dessa droga. Quanto à frase destacada, o uso de uma sentença interrogativa, tal qual a imperativa, se presta a despertar a ação dos interlocutores a algum posicionamento responsivo. Tanto perguntas, quanto respostas, presumem a atitude do interlocutor por responder ou fazer o que é solicitado.

Por outro lado, é comum o uso de interrogativas nos textos, muitas vezes com vistas a organizar, textualmente, o início da parte em que o locutor expõe os tipos de

propriedades químicas dos medicamentos, ou mesmo no início de algum tipo de instrução. As interrogativas “POR QUE ESTE MEDICAMENTO FOI INDICADO?” e “QUANDO NÃO DEVO USAR ESTE MEDICAMENTO?” possuem essas peculiaridades de emprego e, ao organizarem essas partes textuais, apresentam força ilocutória comum dos atos diretivos e, também pode ser implícito o ato expressivo.

Esses atos ilocucionários podem, por isso, ser entendidos como repercutindo no procedimento “use esse medicamento em caso de” e “não use esse medicamento em caso de”, respectivamente. Tais ações organizam as informações em seguida, em que se mostram as indicações e contraindicações dos medicamentos. Nesse caso, observa-se, portanto, o ato de fala indireto, advindo das interrogativas. O emprego das interrogativas, no excerto, visa à instrução, portanto, atribui os mesmos valores ilocutórios das imperativas. Desse modo, seu uso pode decorrer do desejo do locutor por despertar a curiosidade nos interlocutores, pessoas que possivelmente querem saber como a droga funciona. O emprego das interrogativas ainda pode, por fim, demonstrar um ato diretivo, compatível com procedimentos tais quais “use” ou “não use” o medicamento, tarefas afeitas ao gênero. Também se pode salientar que, tanto as interrogativas, quanto as imperativas se prestam a funções interlocutivas similares, cujos atos de fala apenas realizarão procedimentos de modo mais ou menos taxativo.

Ações como “ler”, “usar”, “não usar”, “observar” e “ingerir” são tipos de atitudes pretendidas pelo interlocutor ao elaborar um texto de bula, com vistas de atender às demandas de utilização dos medicamentos.

Exemplo 4:

3.1 A adesão dos PORTADORES ao SISTEMA efetiva-se mediante a ocorrência de uma das hipóteses abaixo, **o que deverá ocorrer somente após o TITULAR realizar o desbloqueio de seu CARTÃO e/ou de seu(s) ADICIONAL(IS) e ter lido e concordado com os termos deste Contrato: a) assinatura de próprio punho ou assinatura eletrônica da Proposta de Adesão ou recibo de entrega do CARTÃO; b) solicitação do CARTÃO por meio de telesserviço com a respectiva gravação do aceite; c) solicitação em ATMs ou via Internet com uso de senha pessoal; d) no momento em que o TITULAR e/ou ADICIONAL(IS) utilizar(em) o CARTÃO; e) com o pagamento da FATURA MENSAL.** 3.2 CADASTRO - Ao aderir ao SISTEMA, o nome, a identificação e demais dados pessoais e de consumo dos PORTADORES passam a integrar o cadastro de propriedade da EMISSORA. 3.2.1 Respeitadas as disposições legais em vigor, o TITULAR autoriza a EMISSORA, desde já, a fazer uso desse cadastro para os fins de remessa de correspondências e E-MAILS com ofertas de produtos e serviços próprios ou de terceiros envolvidos na prestação desse serviço.

O exemplo 4, retirado de uma cláusula do contrato para abertura de conta corrente de um banco, aborda a inserção de dependentes para aquisição de cartões de crédito. Nesse excerto, destaca-se a importância do cumprimento de alguns procedimentos, estabelecidos linguisticamente por meio de frases declarativas.

Essas frases informam sobre os procedimentos a serem realizados na contratação, como por exemplo: “*o que deverá ocorrer somente após o TITULAR realizar o desbloqueio de seu CARTÃO e/ou de seu(s) ADICIONAL(IS)*”, “*ter lido e concordado com os termos deste Contrato*” e, em princípio, poderiam enquadrar o excerto na categoria textual “descritiva”, já que tem como função descrever aspectos da contratação. Entretanto, ao contrário dos demais gêneros, não existe uma exposição direta dos procedimentos configurados por instruções explícitas. As instruções precisam

ser entendidas por meio de frases como as selecionadas no exemplo. Desse modo, sobrepõem-se os atos diretivo e descritivo.

Sobre essa peculiaridade de composição, as instruções são passadas com a predisposição das características dos termos contratuais, feitas, basicamente, por meio de declarativas. No excerto, ressalta-se que procedimentos necessários à utilização dos serviços estão relacionados a três instruções: o “desbloqueio do cartão”, a “assinatura da proposta de adesão” e a “solicitação do cartão por meio telefônico”.

Por um lado, a força ilocutória necessária para indicar os procedimentos é evidenciada por meio de afirmações como *“o que deverá ocorrer somente após o TITULAR realizar o desbloqueio de seu CARTÃO e/ou de seu(s) ADICIONAL(IS)”, “ter lido e concordado com os termos deste Contrato”*, frases de natureza declarativa. Por outro lado, essas frases precisam ser vistas como procedimentos a serem efetuados, embora postuladas como “declarativas”, pressupõem, no ilocucionário, atos de fala mais incisivos do que aqueles detectados a partir das imperativas nos demais gêneros.

Por isso, defendemos que a natureza descritiva concomitante dos contratos precisa ser entendida, também, como estabelecadora de instruções, pois é necessário que os interlocutores acatem os procedimentos contratuais descritos para manutenção dos serviços adquiridos. Quanto a isso, as declarativas devem ser interpretadas como realizando instruções, tais como “desbloqueie o cartão” e “leia e concorde com os termos do contrato”, representando, por isso, atos de fala indiretos.

Por conta dessas decorrências, no ilocucionário, existe a possibilidade de inserir as declarativas como veiculadoras de atos diretivos, permitindo-nos interpretar os procedimentos a partir de seu caráter impositivo, quanto ao estabelecimento das instruções.

O mesmo pode ser detectado nas sequências: *“assinatura de próprio punho ou assinatura eletrônica da Proposta de Adesão ou recibo de entrega do CARTÃO”, “solicitação do CARTÃO por meio de telesserviço com a respectiva gravação do aceite”, “solicitação em ATMs ou via Internet com uso de senha pessoal” e “com o pagamento da FATURA MENSAL”*.

Essas frases, subsequentes, indicam, também, procedimentos complementares às tarefas de “desbloquear o cartão” e “ler os termos do contrato”, mostrados no início do exemplo. Considerando, também, os atos de fala indiretos, esses procedimentos adicionais podem ser compreendidos da seguinte forma: *“assine de próprio punho ou faça a assinatura eletrônica da Proposta de Adesão ou recibo de entrega do CARTÃO”, “solicite o CARTÃO por meio de telesserviço com a respectiva gravação do aceite”, “solicite em ATMs ou via Internet com uso de senha pessoal” e “faça o pagamento da FATURA MENSAL”*, que são subsequentes aos procedimentos iniciais de “desbloqueio do cartão”, “assinatura da proposta de adesão” e “solicitação do cartão por meio telefônico”.

#### 4. Considerações finais

O presente artigo se propôs a analisar quatro textos instrucionais tendo como base as frases usadas para indicar procedimentos. Cada um dos textos é possuidor de atributos discursivos diferenciados, ao considerarmos os atos de fala inerentes às frases. A receita tem como característica discursiva principal a flexibilidade quanto ao acatamento das instruções, acolhendo um macroato de fala compatível com a ação de “sugestão”; já o manual, por instruir por meio de procedimentos que se prestam a mostrar a periculosidade envolvida no manuseio dos produtos, preconiza o macroato de “advertência”; a bula de medicamentos prioriza a instrução dos indivíduos que irão



ingerir o remédio, idealizando o macroato de “prescrição”; o contrato, por sinalizar as atitudes que os contratantes terão de efetuar juridicamente na manutenção dos direitos de uso acolhem o macroato de “imposição”, tendo como efeito procedimentos obrigatórios.

Todos esses macroatos podem ser analisados também no cotejo da perspectiva do produtor dos enunciados com a do leitor. Essa relação pode ser observada ao observarmos os níveis de atos de fala. O ilocucionário está coadunado à intencionalidade dos falantes, ao proferirem as instruções, sendo ele importante se ainda mencionarmos a percepção das forças ilocutórias inerentes a essas ações. Em contrapartida, o perlocucionário mensura o modo como as instruções são efetuadas pelos interlocutores, também de acordo com o tipo de força ilocutória que baliza a natureza dos procedimentos e instruções. Sendo assim, todos os atributos relacionados ao efetivo cumprimento dos procedimentos são processados no perlocucionário e, por conseguinte, tais efeitos interlocutivos estão subjacentes à leitura e assimilação dos sentidos dos textos de natureza instrucional.

A leitura dos enunciados com essa natureza pode dimensionar uma abordagem importante quanto ao tipo injuntivo, pois, essa tipologia, tradicionalmente vista para a elaboração de atitudes de ordem ou comando, pode ser analisada a partir da gradação impositiva dos atos diretivos. Essa tipologia dimensiona, portanto, formas de imposição das instruções que vão desde a sugestão à imposição, sempre equiparando essas formas enunciativas ao gênero que ela corporifica.

Desse modo, ao analisar as frases indicativas de procedimentos nos textos instrucionais vislumbramos possibilidades discursivas que estarão relacionadas à leitura, ao tipo de texto e ao gênero em que os atos de fala são manifestados.

##### 5. Referências bibliográficas:

AUSTIN, J. L. 1962. *How to do things with words*. Cambridge, Massachusetts: Harvard university press, 169 p.

SEARLE, J. 1969. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. New York: Cambridge university press, 201 p.

\_\_\_\_\_. 1981. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra, Livraria Almedina, 270 p.

\_\_\_\_\_. 2002. *Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala*. 2a ed. São Paulo, Martins Fontes, 294 p.